

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.220 - MS (2019/0296934-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SANDRA REGINA SANTOS DE VASCONCELOS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : B E M (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de B E M contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (Agravado de Instrumento n. 1407790-79.2019.8.12.0000).

Consta dos autos que o paciente foi representado pela prática do ato infracional análogo ao crime previsto no art. 121, § 2º, incisos II e II, n/f do art 14 do Código Penal qual foi julgada procedente, sendo-lhe aplicada a medida socioeducativa de internação, devendo ser reavaliada a cada 6 meses (e-STJ fls. 55/63).

A defesa narra que, no curso da execução, requereu a substituição da medida socioeducativa de internação por outra em meio aberto, cujo pleito foi indeferido.

Irresignada, a defesa interpôs agravo de instrumento, o qual foi improvido, mantendo a medida de internação (e-STJ fls. 148/163), em acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - ECA - EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA - SUBSTITUIÇÃO DE MEDIDA DE INTERNAÇÃO PARA OUTRA MAIS BRANDA - INVIÁVEL - AVALIAÇÃO DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR FAVORÁVEL - CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO - GRAVIDADE DO ATO INFRACIONAL - AGRAVO

Superior Tribunal de Justiça

IMPROVIDO.

A existência de relatório técnico formulado pela equipe de avaliação psicossocial não vincula o magistrado, o qual pode, em face do princípio do livre convencimento fundamentado, justificar seu entendimento e decidir de forma diversa daquela sugerida pelo laudo, fundando-se em outros elementos de convicção constantes dos autos.

Em se verificando que, diante das circunstâncias do caso concreto, o lapso temporal de internação de menos de um ano não é suficiente para que o reeducando assimile a gravidade do ato infracional cometido, bem como para que seja adequadamente reinserido no seio da sociedade, a manutenção da medida de internação é medida que se impõe.

Agravo de Instrumento improvido.

Com o parecer.

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/13), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois argumenta que a gravidade e o contexto do ato infracional praticado não são motivos suficientes para mantê-lo em regime de internação, principalmente quando existe laudo técnico favorável à pretensão do progresso da medida de internação.

Relata que *no relatório multidisciplinar do dia 11 de fevereiro de 2019, constam apenas considerações positivas, vez que, Braion apresenta bom comportamento, se relaciona bem com os colegas de alojamento, respeita os educadores e técnicos e obedece às normas da unidade, demonstrando uma evolução significativa em seu processo de recuperação. Sendo assim, a simples alusão à gravidade do fato praticado não é suficiente para motivar a privação total da liberdade, até mesmo pela excepcionalidade da medida extrema* (e-STJ fl. 9).

Ao final, requer, na liminar e no mérito, a substituição da medida de internação por outra mais branda.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta

Superior Tribunal de Justiça

conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, pois o Tribunal *a quo* motivou concretamente a necessidade de manter a internação do paciente.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispenso informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator